

4º Exame de Ordem - 2ª fase - 1997

Direito Civil

1. "Redigir petição inicial de demanda, a ser proposta pelo Condomínio do Edifício Raios de Sol, contra os condôminos Eduardo Afonso Quental e Maria Bernadette da Silva, em decorrência do fato destes últimos terem fechado as varandas de seus apartamentos, alterando, com isso, a fachada do edifício, sem qualquer consentimento dos demais condôminos e em afronta à convenção condominial, que só autoriza obras na fachada, se decididas pela maioria absoluta dos condôminos".

OBS.: Advogado THOMÉ DE SOUZA.

2. João adquiriu um bem móvel cujo preço ajustou pagar em 48 prestações mensais, por meio de contrato de alienação fiduciária que firmou com a financeira "A". Após a 15ª prestação, João suspendeu o pagamento alegando vício oculto na coisa, pleiteando assim a rescisão do negócio.

Indique o que poderá ocorrer em função da atitude de João com relação à financeira, e bem assim, quanto ao proprietário anterior.

3. Na condição de fiador de Pedro em determinado título de crédito vencido e não pago há mais de trinta dias, José veio a saber que seu afiançado estava se desfazendo de todos os seus bens, sem que o credor tomasse as necessárias providências. O que poderá José fazer diante do ocorrido para se exonerar da fiança?

4. José da Silva veio a falecer em decorrência de atropelamento causado por um ônibus que desenvolvia cerca de 50 km/h, no momento em que este passava em frente a uma escola. Quando do ajuizamento de ação de indenização por parte de sua herdeira, esta foi surpreendida pela contestação da empresa que noticiou a absolvição, em sede criminal, do motorista do coletivo, vez que aquele juízo concluiu pela culpa exclusiva da vítima no fato. Na posição de advogado da autora na ação de indenização, refute em síntese a alegação da ré.

5. João e Maria, casados há quatro anos, sem filhos, contando ambos, atualmente, vinte e sete anos de idade, pretendem adotar Carla, menor impúbere de 13 anos, órfã de pai e mãe. Esta adoção seria possível? Justifique.

6. Sérgio propôs ação contra Célia, visando a separação judicial, fundada em adultério. Célia contestou a ação, sustentando que Sérgio continuou a coabitar com ela, após ter certeza da prática do adultério. Tem Sérgio, na espécie, o ônus de provar que a vida conjugal se tornou insuportável, e ainda, o fato narrado na contestação poder ser tido como indicador de perdão do adultério?

Direito Comercial

1. Elaborar pedido de concordata preventiva, demonstrando a existência dos pressupostos básicos e formulando proposta que se enquadre na Lei 7.661/45.

O candidato poderá, alternativamente, elaborar em substituição da inicial acima, um parecer sobre hipotético pedido de concordata preventiva, evitando, em ambos os casos, escrever nome do advogado requerente ou parecerista.

2. Carlos, portador de uma nota promissória vencida e não paga por Jose Matias, requereu a falência deste, juntando ao seu pedido certidão de protesto tirado por terceiro contra o mesmo devedor José Matias.

O devedor, citado, ofereceu embargos ao pedido, alegando que o título protestado não foi pago porque já estava prescrito antes do protesto. Procede o pedido de falência? Fundamentar a resposta.

3. Jorge Costa, gerente da firma de que é sócio, assumiu obrigação cambial vinculada a operação mercantil por ele realizada em nome da firma. Os demais sócios alegam que tendo a gerência somente poderes *ad negotia* a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação cambial é pessoal de Jorge. Certo ou errado? Por que?

4. Após receber a mercadoria verificou o comprador que ela lhe tinha sido enviada em menor quantidade do que a constante do pedido, onde estava expressamente consignado que a compra e venda era feita sob a cláusula "à contento". O comprador poderá devolver a mercadoria ou ficará com ela pagando apenas a quantidade recebida?

5. Sergio Silva emitiu uma Nota Promissória com vencimento em 17/12/96 em favor de Cristina Borges, que logo em seguida endossou a Nota Promissória para Délio Galvão. No dia do vencimento, o emitente não honrou com o seu compromisso e Délio levou o título a protesto três meses após. Executando o título em face de Cristina Borges, esta ofereceu embargos alegando não ter responsabilidade cambial por não ter sido o protesto realizado em tempo hábil face a sua qualidade de endossante. Proceder a alegação? Por que?

6. Qual a diferença fundamental entre os atributos dos títulos de crédito designados por abstração e autonomia?

Direito Tributário

1. A União Federal, através de ato do Secretário da Receita Federal, exarado em processo administrativo, autorizou a INDÚSTRIA DE ALUMÍNIOS LTDA. a importar 3 (três) autofornos, para produção de chapas de alumínio, para expansão de sua fábrica, com isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados. A isenção foi concedida dentro do programa de incentivo à expansão da indústria, implantado por Lei Federal, beneficiando a indústria automobilística e de máquinas pesadas.

Dois anos após a realização da importação, o ato concessivo da isenção foi declarado nulo pelo Ministro da Fazenda, por ato que declarou sem efeito a isenção, considerada ilegal, com a seguinte motivação:

a) a Lei que autorizou a concessão do benefício não incluiu as indústrias produtoras de chapas de alumínio dentro do programa de expansão industrial;

b) o Decreto que regulamentou a referida lei, anterior ao ato do Secretário da Receita Federal, expressamente excluiu do benefício, entre outras, as indústrias produtoras de chapas de alumínio.

A INDÚSTRIA DE ALUMINIO LTDA consultou o seu Departamento Jurídico a respeito da situação relatada, informando que demonstram que a ampliação de sua unidade fabril resultou em aumento da produção, o que propiciou significativa elevação dos tributos arrecadados pela União e pelo Estado onde está instalada, além de ter gerado milhares de empregos diretos e indiretos, o que contribuiu para a queda do índice de desemprego na região onde está instalada.

Na qualidade de Advogada da INDÚSTRIA DE ALUMÍNIO LTDA., responda a consulta em forma de parecer, analisando eventuais direitos da consulente e indicando, se for o caso, a(s) medida(s) cabível(is) para defesa desses direitos.

Obs. O parecer deverá ser subscrito pela advogada IAREMA TORRES.

2. A CF/88, no art. 153, § 2º, inciso II, diz que o Imposto de Renda, "não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho".

Indaga se: a não incidência em tela enquadra-se nos conceitos doutrinários de isenção ou imunidade?

3. Qual a natureza jurídica da contribuição devida à Ordem dos Advogados do Brasil pelos advogados inscritos em seus quadros?

4. A caução em Títulos da Dívida Agrária da União TDAs, oferecida em processo cautelar, pode ser admitida para fins de suspensão da exigibilidade de crédito tributário do Estado, contestado pelo contribuinte em ação declaratória negativa de obrigação tributária?

5. Uma empresa foi autuada em 10.01.82, por insuficiência no recolhimento do ICMS relativo a operação realizada em 12.07.79, decorrente da utilização de alíquota inferior à devida. Foram interpostos os recursos administrativos cabíveis. Depois do trânsito em julgado da decisão do Conselho de Contribuintes, contrária ao contribuinte, ocorrido em 18.11.91, o processo administrativo ficou paralisado até a presente data, sendo certo que o crédito tributário não foi inscrito na dívida ativa e nem ajuizado. Pede-se ao candidato que identifique os termos inicial e final dos prazos de decadência e prescrição, justificando a resposta à luz das disposições legais aplicáveis.

6. Os Municípios podem, através de lei local, instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza não incluídos na Lista anexa ao Decreto lei n. 406/68, na redação dada pela Lei Complementar nº 56/87?

Todas as respostas devem ser fundamentadas.

Direito Administrativo

1. Elabore um parecer, em resposta à consulta abaixo, assinando-o como "MANOEL DA SILVA", para que a prova não seja identificada:

A empresa da qual você é advogado recebe proposta da empresa estrangeira no sentido de que constitua com ela um consórcio, a fim de participarem de uma licitação para realização, no Brasil, de obra pública de grande vulto. Sendo o capital da empresa estrangeira 10 (dez) vezes maior que o de sua empresa, pretende aquela a liderança do consórcio a ser constituído. Para orientação de uma resposta à proponente, a Diretoria pede-lhe um parecer em que sejam abordados os seguintes pontos:

1º - É possível a participação de empresas em consórcio nas licitações para obras públicas?

2º - Se afirmativa a resposta ao primeiro quesito, é possível consorciarem-se, para esse fim, uma empresa brasileira e uma empresa estrangeira?

3º - Se afirmativa a resposta aos quesitos anteriores, e dado que, para a empresa, seria de interesse relevante, viabilizar a aceitação da proposta, seria possível atender à pretensão da proponente de liderança do consórcio?

2. Policial militar que participou de recente movimento grevista foi punido disciplinarmente. Alegando eiva de flagrante ilegalidade e abuso de poder na punição disciplinar, seus familiares procuram-no para que impetre em favor dele um *habeas corpus*. Como você agiria?

3. A Administração Municipal requisita amplo terreno de propriedade de cliente seu, para ocupá-lo temporariamente, como canteiro de obras, durante a edificação de um Centro Educacional nas imediações. Preocupado, seu cliente quer saber:

a) Se terá direito a indenização pela ocupação temporária de sua propriedade?

b) Se, fazendo jus a indenização, esta será prévia ou posterior à realização da obra?

c) Se, por acaso, for posterior, será possível exigir garantia do pagamento da indenização?

4. A SUNAB foi extinta: Os servidores públicos civis da SUNAB, até seu anunciado remanejamento, ficarão em disponibilidade com proventos integrais ou proporcionais ao seu tempo de serviço?

5. A responsabilidade civil de uma empresa concessionária de serviços públicos por danos causados a terceiros é subjetiva ou objetiva? Por que?

6. Há casos de concorrência e de tomada de preços em que seja possível a substituição do "termo de contrato" obrigatório por outros instrumentos hábeis? Se afirmativa a resposta, quais?

Direito Trabalhista

1. João Henrique foi admitido aos serviços de A. C. Santos Ltda (posto de gasolina onde funciona um escritório), em 01.01.1990, percebendo por mês o salário de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), na função de auxiliar de escritório, com jornada de trabalho das 8:00 às 17:00 horas, diariamente de 2ª à 6ª feira, com uma hora de intervalo para repouso.

Acontece, contudo, que a reclamada não mais necessitando dos serviços do reclamante, o demitiu, imotivadamente, em 31 de julho de 1997 sem pagar-lhe as verbas próprias do contrato de trabalho, exceto o salário do mês da dispensa, que foi quitado.

Findo o prazo do aviso prévio, que foi cumprido trabalhando, com redução da jornada diária em duas horas, e passados mais de 30 dias, a empregante não providenciou a necessária homologação do destrato, razão pela qual outra alternativa não restou ao reclamante, senão ajuizar demanda trabalhista, aduzindo que as férias relativas aos períodos de 1990/1991, 1991/1992, 1992/1993, 1993/1994, 1994/1995, 1995/1996, foram gozadas, e os trezenos até 31.12.96 foram quitados.

Levando em consideração os fatos narrados, formular Reclamação Trabalhista, postulando as verbas consideradas devidas em face do desfazimento do contrato de trabalho, cuja advogada contratada chama se: Ana Cristina.

2. O exeqüente apresentou seus cálculos que, no tempo determinado, foram impugnados pela executada. Após periciados, os valores do empregado foram homologados e, no prazo, o depósito do *quantum debeatur* foi feito pela empresa que, concomitantemente apresentou apelo contra essa homologação.

Que inconformismo foi apresentado?

A apreciação desse recurso será feita pelo Colegiado da Junta ou pelo Juiz Presidente da mesma Junta? Fundamentar.

3. O reclamante teve um dos pedidos de sua Reclamação Trabalhista julgado improcedente, deixando transitar em julgado esse item, isto na Junta de Conciliação e Julgamento.

A reclamada vencida na demanda, exceto na verba improcedente, apresenta à Junta o seu Recurso Ordinário que examinado é recebido, com a determinação de que o recorrido apresente, no prazo, suas contra-razões.

Nessa oportunidade, é possível ao empregado recorrer daquela verba que lhe foi indeferida? Fundamentar.

4. Carlos Alberto Silva é Diretor Presidente da firma Santos Silva Ltda na qualidade de sócio majoritário. Na hipótese de Reclamação Trabalhista, pelo descumprimento de Cláusulas de Contrato de Trabalho, a demanda deve ser proposta contra o Diretor Presidente ou contra a firma Santos Silva Ltda? Fundamentar.

5. Perante o Tribunal Regional do Trabalho é intentada Ação Rescisória, objetivando rescindir Acórdão do mesmo Tribunal que, após sua instrução é Julgada improcedente.

Dessa improcedência cabe algum recurso? Fundamentar.

6. Conceituar salário e remuneração, fornecendo as verbas que compõe um e outro, minuciosamente.

Direito Penal

1. Pedro Paulo é denunciado pelo delito previsto no artigo 121, *caput*, do Código Penal. O Promotor de Justiça afirma, na exordial acusatória, ter o denunciado, consciente e voluntariamente, efetuado um disparo com sua arma de fogo contra Gustavo Micara, que, em decorrência das lesões, veio a falecer.

O acusado é pronunciado e, posteriormente, condenado pelo Conselho de Sentença do 4º Tribunal do Júri, como incurso no delito acima referido. Ocorre que todas as provas produzidas nos autos do processo em tela demonstraram ter Pedro agido em legítima defesa. Ao ser intimado da sentença condenatória, Pedro Paulo recorre aos seus préstimos advocatícios.

Redija a peça processual adequada aos fatos acima descritos, deduzindo todas suas razões a favor de Pedro Paulo.

Advogado: Sérgio Andrade

2. Mariana, com medo da reação dos seus pais face a sua não desejada gravidez, resolve fazer um aborto, a fim de interrompê-la. Emanuel, namorado de Mariana, concorda com a idéia da gestante e entra em contato com um médico, conhecido pela prática abortiva.

No dia avançado, a gestante apresenta-se ao médico, em seu consultório, que, por meio de aspiração uterina, mata o feto.

Qual a situação jurídico-penal das pessoas envolvidas nos fatos acima narrados?

3. Romero Brigão, dono de uma grande criação de galos de rinha, ministra elevadas doses de substância excitativa em um de seus animais, que irá participar de uma competição. Posteriormente, o citado animal vence o torneio e Brigão obtém vantagem econômica proveniente das apostas por ele feitas.

Qual a situação jurídico-penal de Romero Brigão?

4. Francisco Dollar, diretor da empresa Dollar e Dollar S.A., com o objetivo de atrair o investimento para a sua companhia, promove o aumento artificial no valor das ações da sociedade, no mercado de capitais, por meio de operações fictícias.

O empresário cometeu alguma infração penal? Fundamente.

5. Jair Peligroso, inimigo fígadal de Airton Fraco, morto em um acidente de carro, vai ao seu velório, onde pôs-se a gritar e a saltar, causando tumulto e impedindo o seu andamento. Dias depois, não satisfeito com a aludida perturbação, Jair subtrai diversos objetos deixados pelos parentes de Airton sobre a sua sepultura.

Qual é a situação jurídico-penal de Jair? Fundamente sua resposta.

6. Jorge Brincalhão, consciente e voluntariamente, inutiliza o sistema da comunicação interna da casa de seu amigo Alfredo, destruindo os botões do chamado "porteiro eletrônico". O objetivo de Jorge era ver seu amigo Alfredo em situação chistosa, sem, entretanto, haver nenhum sentimento de hostilidade na sua conduta.

Comente a conduta de Jorge, focalizando o seu aspecto jurídico-penal.